



AZ@BXL

Número: 279 Data: 2023.07.07

No título: [Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo](#)

Nota: A [série](#) em questão pretende explorar os centros ambientais nos Açores em toda a sua extensão (19 no total). A décima primeira edição transporta-nos até à ilha de São Jorge, nomeadamente ao Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, que foi concebido com o objetivo de dar a conhecer aos visitantes a história geológica, biológica e humana das fajãs de São Jorge, em especial, das fajãs da Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres.

O edifício resulta da reconstrução de uma antiga habitação e da respetiva casa de apoio, que mantém a fachada original e tradicional. Na receção poderá desfrutar de uma área de descanso e ver o espaço onde se recria um antigo forno, decorado com réplicas de utensílios de apoio. Na sala de exposição, o visitante pode fazer uma viagem no tempo, desde a formação das fajãs até aos dias de hoje. Poderá também visualizar diversos documentários relativos à Fajã da Caldeira de Santo Cristo e outros, de carácter etnográfico.

O Centro foi alvo de destaque em diversos websites e revistas de arquitetura, tendo sido capa da revista coreana C3. Integrou o projeto de Mostra Ibérica de Património Arquitetónico – La MIPA, no âmbito da Trienal de Arquitetura de Lisboa 2013, Close, Closer.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Espanha assume a Presidência rotativa do Conselho](#)

[Pacto Ecológico Europeu: utilização mais sustentável dos recursos naturais vegetais e dos solos](#)

[A Comissão Europeia apresentou o seu relatório de prospetiva estratégica de 2023](#)

[Relatório de 2023 sobre o Estado de direito: progressos em 65 % das recomendações, mas são necessárias novas medidas](#)

[Derrapagens atrasam a gestão digital dos fundos da UE, aponta o Tribunal de Contas Europeu](#)

[Dormidas reservadas através de plataformas em linha: crescimento desigual na UE](#)

[Pessoas que não estudam e nem trabalham na UE: 18%](#)



Até 10 de julho



Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do “Youth4Regions”. Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa “Youth4Regions” é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.



Conselho dos Assuntos Gerais

A Presidência espanhola [apresentará](#), em sessão pública, as prioridades do seu mandato, que os ministros terão oportunidade de comentar. O Conselho realizará um debate de orientação sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027. Este ponto também será debatido em sessão pública. A Presidência fará uma apresentação sobre a avaliação prevista do diálogo anual do Conselho sobre o Estado de direito. A Comissão apresentará o seu relatório de 2023 sobre o Estado de direito, a que se seguirá uma troca de pontos de vista.

10 a 13 de julho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os eurodeputados, reunidos em Estrasburgo, [irão debruçar-se](#), por exemplo, sobre a proposta de Regulamento relativo à Restauração da Natureza, cujo debate está agendado para a manhã de dia 11 de julho (com início previsto para as 9h00) e a

votação da posição do PE para o dia seguinte, 12 de julho (12h00-13h30). Os parlamentares irão igualmente debater a proposta de Diretiva respeitante às Emissões Industriais, ou da Eficiência Energética.

Até 12 de julho



Análise dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) — avaliação e revisão do quadro da UE

O Regulamento (UE) 2019/452 estabelece o quadro da UE para a análise dos IDE na UE. Estas regras visam melhorar a capacidade da UE para identificar e fazer face aos potenciais riscos para a segurança ou a ordem pública decorrentes de determinadas transações. Esta iniciativa visa assegurar que este quadro continua a ser adequado à sua finalidade num contexto mundial de segurança em mutação. A Comissão proporá uma revisão das regras, embora o quadro continue a centrar-se exclusivamente na segurança e na ordem pública. Comentários [aqui](#).

13 de julho



Cimeira UE-Japão

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em representação da UE, reunir-se-ão com o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, por ocasião da 29.ª Cimeira UE-Japão que terá lugar em Bruxelas. Mais informações [aqui](#).



Comité das Regiões Europeu

Consulta das partes interessadas sobre o parecer do CdR "O futuro da política de coesão pós-2027"

O Comité das Regiões Europeu (CdR) [está](#) a elaborar um parecer de iniciativa sobre o futuro da política de coesão pós-2027. Os corelatores deste parecer, Vasco Cordeiro (PT-PSE), deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e Emil Boc (RO-PPE), presidente da Câmara Municipal de Cluj-Napoca, juntamente com o perito Hintea, convidam os representantes dos órgãos de poder local e regional e outras partes interessadas relevantes para uma consulta e uma troca de pontos de vista sobre os temas pertinentes do parecer.

Com a publicação do 8.º Relatório sobre a Coesão e a criação de um grupo de peritos de alto nível sobre a política de coesão, iniciou-se o debate sobre o futuro da política de coesão. O CdR será o primeiro órgão da UE a adotar uma posição oficial sobre a política de coesão pós-2027. O projeto de parecer será adotado na reunião da Comissão COTER de 26 de setembro de 2023 e na reunião plenária do CdR de 29 e 30 de novembro de 2023. O documento de trabalho dos corelatores, que constituirá a base do parecer e do debate, já pode ser [consultado](#) no sítio *Web* do CoR. O intercâmbio será interativo e centrado principalmente no contributo das partes interessadas e na apresentação dos seus pontos de vista sobre o assunto. Poderá registar-se para participar na troca de pontos de vista [aqui](#).

17 de julho



Combater a pobreza energética para uma transição justa

O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.

17 e 18 de julho



Cimeira UE-CELAC

A 3.ª Cimeira entre a União Europeia e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) irá ter lugar em Bruxelas. Mais informações [aqui](#).

Até 21 de julho



Política de Coesão da UE: convite para jornalistas

Se for jornalista ou criador de conteúdos que trabalha numa região da UE e se estiver interessado em saber mais sobre a política de coesão, fundos e políticas da UE, está [convidado a candidatar-se ao programa de estudos #EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas locais e regionais até 21 de julho de 2023, às 17:00 CEST.

O programa inclui sessões de formação em linha e uma visita de estudo a Bruxelas. Ficarà a conhecer as instituições da UE, as suas estruturas e procedimentos, o impacto da política de coesão nas regiões e nos seus cidadãos - da transição ecológica e digital à resiliência social. Terá também a oportunidade de se encontrar com peritos nacionais da Comissão, visitar projetos financiados pela UE e aprender a utilizar as ferramentas de dados da Comissão. Após o programa, terá uma melhor compreensão das políticas da UE e da política de coesão em particular. Terá estabelecido contactos com colegas jornalistas de outros países e regiões e contribuído, através das suas reportagens, para o desenvolvimento do projeto europeu.

A primeira viagem de estudo a Bruxelas terá lugar no início de setembro de 2023 e estão previstas sete outras viagens entre outubro de 2023 e maio de 2024. Cada viagem de estudo está aberta a 40 jornalistas e criadores de conteúdos de todos os Estados-Membros. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento dos participantes no programa.

Até 22 de julho



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).



Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto



Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor

acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto



Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 28 de agosto



Votação para o Prémio Escolha do Público 2023 - Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023

O vencedor do Prémio Escolha do Público, a ser selecionado de entre os projetos vencedores deste ano dos Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023, e com direito a receber 10 mil euros cada, será decidido através da [votação em linha](#). Mais informações sobre os vencedores dos prémios podem ser consultadas [aqui](#)

30 de agosto a 2 de setembro



Summer CEmp 2023

A edição deste ano do [Summer CEmp](#), a escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal, [terá](#) lugar em Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo, entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro, com o apoio da [Câmara Municipal de Ponte da Barca](#) e com a colaboração do centro [Europe Direct Minho](#). O [Summer CEmp](#) tem um caráter itinerante e coloca no centro do debate sobre o futuro da União Europeia a história, as oportunidades e os desafios concretos das comunidades anfitriãs nas várias regiões do país. As anteriores edições aconteceram em Monsanto (2017), Marvão (2018), Monsaraz (2019), Alcoutim (2021) e Ribeira Grande, Açores (2022). Mais informações na [página dedicada PT](#) e acompanhe com o #SummerCEmp nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – [Instagram](#), [Twitter](#), [Facebook](#).

Até 31 de agosto



Consulta pública sobre possibilidades de pesca para 2024

Os Estados-Membros, os conselhos consultivos, o setor das pescas, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados são **incentivados a partilhar as suas perspetivas sobre o ponto da situação e as futuras orientações das possibilidades de pesca para 2024**. São convidados a exprimir os seus pontos de vista até 31 de agosto no âmbito da [consulta pública em linha](#).

Até 8 de setembro



Prémio Apícola Europeu de 2023

Estão abertas as candidaturas ao Prémio Apícola Europeu de 2023. Existem três categorias em concurso, sendo que os incentivos financeiros poderão chegar aos 4 mil euros. Mais informações sobre o processo de candidatura [aqui](#).

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o

potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

23 a 30 de setembro



Semana Europeia do Desporto 2023

A iniciativa incentiva os cidadãos europeus a "#BeActive", não só durante a Semana, mas também a manterem-se em forma durante todo o ano. O desporto e a atividade física contribuem para o nosso bem-estar físico e mental. A falta de atividade física não só tem um impacto negativo na sociedade e na saúde das pessoas, como também resulta em custos económicos. Além disso, o desporto tem o potencial de reforçar as mensagens de tolerância e a cidadania em toda a Europa. A promoção do papel do desporto como meio de inclusão social ajudará a enfrentar os desafios atuais da sociedade europeia.

Apesar do crescente número de estudos que salientam a importância do desporto para a manutenção do nosso bem-estar e para a construção de uma sociedade inclusiva e economicamente dinâmica, os níveis de atividade física estão atualmente a estagnar, ou mesmo a diminuir, em alguns Estados-Membros. A Semana Europeia do Desporto tem por objetivo responder a este desafio.

A Semana Europeia do Desporto promove a participação no desporto e na atividade física e visa sensibilizar para os inúmeros benefícios de ambos. A Semana destina-se a todos - independentemente da idade, origem ou nível de aptidão física - e ajuda os indivíduos, as autoridades públicas, o movimento desportivo, as organizações da sociedade civil e o sector privado a colaborar no domínio do desporto. Esta iniciativa liderada pela Comissão é largamente descentralizada e realiza-se em toda a Europa. A Semana envolve uma estreita colaboração com os coordenadores nacionais e muitos parceiros diferentes que estão firmemente empenhados em apoiar os seus objetivos. Demais informações [aqui](#).

Até 25 de setembro



Consulta pública sobre o POSEI

Esta iniciativa [avaliará](#) a aplicação de regimes de apoio específicos da UE à agricultura no período de programação de 2014-2020. Os referidos regimes apoiam as regiões ultraperiféricas e as ilhas menores do mar Egeu da UE (regime POSEI e regime das ilhas menores do mar Egeu). Ambos os regimes partilham a mesma abordagem em termos de objetivos, estrutura e gestão financeira. Comentários podem ser carregados até ao dia 25 de setembro.

Até 26 de setembro



Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O

programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 27 de setembro



Novo Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras

O Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras pretende mostrar o papel central que as mulheres podem (e devem) desempenhar na criação de uma nova Europa mais sustentável, e inspirará pessoas de todas as idades a juntarem-se à nova visão que o EIC e o EIT estão a construir sobre as mulheres como líderes tecnológicos e climáticos. O prémio máximo será de 100 mil euros. Candidaturas e restantes informações [aqui](#).

27 a 30 de setembro



Cimeira do 60º aniversário do *Europa Nostra*

A escolha de Veneza como cidade anfitriã da Cimeira Europeia do Património Cultural representa, por si só, um símbolo duma Europa baseada em valores e orientada para a cultura. Mais informações relativas à cimeira [aqui](#).

Até 28 de setembro



Prémios Desportivos da UE #BeInclusive 2023

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de candidaturas](#) para os [Prémios Desportivos da UE #BeInclusive de 2023](#), para celebrar o papel do desporto na promoção dos valores europeus e da paz. Os prémios reconhecem as organizações que utilizam o desporto para melhorar a inclusão social de grupos desfavorecidos, incluindo minorias étnicas, refugiados, pessoas com deficiência, grupos de jovens em risco ou outros grupos que enfrentam circunstâncias sociais difíceis.

Os prémios deste ano abrangem as três categorias seguintes: "quebrar barreiras", "promover a igualdade de género no desporto" e "desporto para a paz". Os três vencedores (um em cada categoria) serão anunciados na cerimónia anual dos prémios #BeInclusive em 2024 e receberão um prémio de 10 mil euros cada. Os outros finalistas de cada categoria receberão um prémio de 2 500 euros cada.

Até 29 de setembro



Prémio Europeu Natura 2000 | Edição 2024

O Prémio Europeu Natura 2000 [visa](#) promover a importância da [Rede Natura 2000](#) e a proteção da biodiversidade, em toda a Europa. A iniciativa pretende também mostrar o valor acrescentado desta Rede para as economias locais. As candidaturas para a edição 2024 decorrem até 29 de setembro de 2023, estando o concurso organizado em cinco [categorias](#): Conservação na terra; Conservação marinha; Comunicação; Trabalhar juntos pela natureza; Cooperação transfronteiriça.

Qualquer cidadão ou organização da União Europeia envolvidos num projeto de conservação no âmbito da Rede Natura 2000 pode candidatar-se. A iniciativa integra também a atribuição do "Prémio dos Cidadãos" ao finalista favorito de acordo com votação pública *online*. A cerimónia de entrega do Prémio Europeu Natura 2000 realiza-se anualmente, em Bruxelas, no Dia Europeu da Rede Natura 2000, a 21 de maio.

Até 5 de outubro



Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no sítio *Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

12 de outubro



Conferência "Instrumentos Financeiros de Nova Geração para a Agricultura e Desenvolvimento Rural"

A Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia (DG AGRI) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) [organizam](#) a 9.ª conferência anual da UE sobre os instrumentos financeiros do FEADER, intitulada "Instrumentos financeiros de nova geração para a agricultura e desenvolvimento rural", na quinta-feira, 12 de outubro de 2023, das 9h20 às 16h30, em Bruxelas.

A conferência será aberta por Janusz Wojciechowski, comissário europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, e pelo vice-presidente do BEI. Ao longo do dia, os peritos da Comissão Europeia e do Grupo do Banco Europeu de Investimento partilharão os resultados do mais recente inquérito *fi-compass* relativo ao ano de 2023 sobre as necessidades de financiamento e as condições de acesso ao crédito dos agricultores e das empresas agroalimentares na UE, e definirão o atual contexto político. Além disso, os especialistas apresentarão os serviços de empréstimo e aconselhamento oferecidos pelo Grupo BEI para apoiar a transição ecológica e digital.

A conferência contará com oradores da Croácia, Irlanda, Grécia e Espanha, que apresentarão exemplos de instrumentos financeiros nacionais e do FEADER que apoiam a agricultura, partilhando as suas experiências, recomendações e lições aprendidas. A conferência destina-se às autoridades de gestão, peritos, representantes associativos agrícolas, funcionários do Grupo do Banco Europeu de Investimento e da Comissão Europeia interessados nos instrumentos financeiros do FEADER. O [prazo-limite para as inscrições termina a 6 de outubro](#).

13 de outubro



AgriJovem 2023

A Representação da Comissão Europeia em Portugal [organiza](#), no dia 13 de outubro de 2023, em Lisboa, uma iniciativa dirigida a jovens estudantes com aspirações a desenvolverem uma atividade profissional no setor agrícola em Portugal. As candidaturas estão abertas a partir de hoje e até ao fim de julho de 2023. Com a colaboração da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGAR) - Rede Rural Nacional e o apoio do Instituto Superior de Agronomia, a Comissão Europeia convida um grupo de 40 estudantes do ensino superior em Portugal a refletir sobre várias políticas europeias que têm um impacto direto na atividade agrícola no território nacional e europeu.

O programa procurará promover uma melhor compreensão e sensibilidade para as políticas europeias, em particular para a razão de ser da Política Agrícola Comum (PAC) e da Estratégia "do Prado ao Prato", do Pacto Ecológico Europeu. Desde solos saudáveis, bem-estar animal, novas técnicas genómicas e sistemas alimentares sustentáveis, ao conhecimento, inovação e novas tecnologias, passando pela competitividade e competências, os futuros profissionais do setor agrícola terão oportunidade de abordar todos estas temáticas durante o encontro. As candidaturas [encontram-se abertas](#) até ao **dia 31 de julho de 2023**.

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios societários e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).

Até 25 de outubro



Abertura do concurso “Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) e Citizens”: 15,4 milhões de euros para aproximar a investigação da educação e da sociedade

As ações “MSCA e Citizens” aproximam a investigação e os investigadores do público em geral. O [prazo de candidatura](#) à organização da Noite Europeia dos Investigadores e dos Investigadores nas Escolas termina a 25 de outubro de 2023. Esta nova ronda de financiamento destinará 15,4 milhões de euros para financiar cerca de 50 projetos, tendo como objetivo organizar duas edições sucessivas da [Noite Europeia dos Investigadores](#) (em 2024 e 2025) e a implementação de atividades de [Investigadores nas Escolas](#) durante dois anos consecutivos.



Agricultura e Alimentação

Pacto Ecológico Europeu: utilização mais sustentável dos recursos naturais vegetais e dos solos

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote de medidas para a utilização sustentável dos principais recursos naturais, que permitirá igualmente reforçar a resiliência dos sistemas alimentares e da agricultura da Europa. Um **ato legislativo sobre a monitorização dos solos** coloca a UE no bom caminho para alcançar solos saudáveis até 2050, permitindo recolher dados sobre a saúde dos solos e disponibilizá-los aos agricultores e a outros gestores do solo. O ato legislativo também faz da gestão sustentável dos solos uma norma e dá resposta a situações de risco inaceitáveis para a saúde e o ambiente decorrentes da contaminação dos solos. **As propostas apresentadas irão igualmente impulsionar a inovação e a sustentabilidade, permitindo a utilização segura do progresso técnico em novas técnicas genómicas**, a fim de desenvolver culturas resilientes às alterações climáticas e reduzir a utilização de pesticidas químicos, assegurando sementes e materiais de reprodução mais sustentáveis, de elevada qualidade e diversificados para as plantas e florestas. Por último, **as novas medidas propostas também reduzem os resíduos alimentares e têxteis**, o que contribuirá para uma utilização mais eficiente dos recursos naturais e para uma maior redução das emissões de gases com efeito de estufa destes setores.

Estas medidas trarão benefícios económicos, sociais, sanitários e ambientais a longo prazo para todos. Ao assegurar ativos naturais mais resilientes, as novas regras apoiam em especial as pessoas cuja subsistência depende diretamente da terra e da natureza. As novas regras irão contribuir para a prosperidade das zonas rurais, a segurança alimentar, uma bioeconomia resiliente e próspera, colocar a UE na vanguarda da inovação e do desenvolvimento, contribuir para inverter a perda de biodiversidade e assegurar que a UE estará preparada para as consequências das alterações climáticas.

Os auditores avaliam o apoio da UE à agricultura biológica

A agricultura biológica é um setor em rápido crescimento na UE: a superfície em que é aplicada quase duplicou na última década e a procura de produtos biológicos mais do que triplicou. Em 2020, o mercado das bebidas e dos alimentos biológicos da UE representava 45 mil milhões de euros em vendas e ocupava o segundo lugar no mundo em termos de consumo de alimentos biológicos. O Tribunal de Contas Europeu [começou](#) a trabalhar numa auditoria para determinar se o apoio da UE à agricultura biológica foi bem concebido e aplicado.

A agricultura biológica é a utilização de práticas agrícolas sustentáveis nas culturas e na criação de animais, sendo, portanto, considerada um aspeto essencial para concretizar os objetivos climáticos e ambientais da UE. Os agricultores que a praticam dependem de processos e substâncias naturais para manterem a fertilidade dos solos, controlarem pragas e doenças e promoverem a saúde e o bem-estar dos animais. "A União Europeia enfrenta o desafio de garantir a nossa segurança alimentar ao mesmo tempo que torna o setor agrícola mais ecológico e reduz a poluição e o peso para o ambiente. A agricultura biológica é uma forma de tornar a agricultura mais sustentável, um domínio em que a UE tem objetivos ambiciosos e, para colher os benefícios das práticas biológicas, tem de as apoiar devidamente, tanto em termos de financiamento como do quadro político global. A auditoria do Tribunal examinará se assim é e o que pode ser melhorado para garantir que o dinheiro dos contribuintes é bem gasto", afirmou Keit Pentus-Rosimannus, o Membro do TCE responsável pela auditoria.

De acordo com o Eurostat, a percentagem de terras agrícolas da UE em que se pratica a agricultura biológica aumentou de 5,9% em 2012 para 9,1% em 2020. Desde então, com a Estratégia do Prado ao Prato e a Estratégia de Biodiversidade para 2030, a Comissão Europeia definiu uma meta de 25% de terras agrícolas da UE com agricultura biológica até 2030. A agricultura biológica é regulamentada e certificada ao nível da UE. No período de 2014-2022, a UE gastou 9,1 mil milhões de euros ao abrigo da PAC para ajudar os agricultores a adotarem ou a manterem práticas de agricultura biológica. Nesta auditoria, o Tribunal examinará se o quadro de medidas criado e aplicado pela Comissão e pelos Estados-Membros é eficaz e adequado: se contribuiu para o desenvolvimento sustentável da agricultura biológica e se assegurou o cumprimento dos objetivos associados. Juntamente com o seu trabalho de auditoria na Comissão, o Tribunal selecionou quatro Estados-Membros (Itália, Áustria, Polónia e Roménia) para uma análise mais aprofundada. O Tribunal espera publicar o seu relatório de auditoria dentro de cerca de um ano.

AgriJovem 2023: Representação da Comissão Europeia quer sensibilizar jovens para oportunidades profissionais na agricultura

A Representação da Comissão Europeia em Portugal [organiza](#) no dia 13 de outubro de 2023, em Lisboa, uma iniciativa dirigida a jovens estudantes com aspirações a desenvolverem uma atividade profissional no setor agrícola em Portugal. As candidaturas estão abertas até ao fim de julho de 2023. Com a colaboração da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGAR) - Rede Rural Nacional e o apoio do Instituto Superior de Agronomia, a Comissão Europeia convida um grupo de 40 estudantes do ensino superior em Portugal a refletir sobre várias políticas europeias que têm um impacto direto na atividade agrícola no território nacional e europeu.

Através de um programa de conversas e sessões práticas, reuniremos vários protagonistas da política agrícola nacional e europeia, da academia, agricultores com experiência do setor e jovens agricultores em início de atividade, numa partilha de experiências que permitirá aos participantes enriquecer o seu percurso académico e profissional, de uma forma mais consciente e informada sobre os desafios e oportunidades do setor.

O programa procurará promover uma melhor compreensão e sensibilidade para as políticas europeias, em particular para a razão de ser da Política Agrícola Comum (PAC) e da Estratégia "do Prado ao Prato", do Pacto Ecológico Europeu. Desde solos saudáveis, bem-estar animal, novas técnicas genómicas e sistemas alimentares sustentáveis, ao conhecimento, inovação e novas tecnologias, passando pela competitividade e competências, os futuros profissionais do sector agrícola terão oportunidade de abordar todas estas temáticas durante o encontro.

No [Ano Europeu das Competências](#), esta iniciativa irá sublinhar a relevância da aprendizagem ao longo da vida no setor agrícola e, em sentido mais lato, a importância da participação dos jovens no projeto europeu e no impacto concreto da União Europeia e dos seus [valores](#), tendo como pano de fundo as eleições europeias de 2024. Será também uma forma de contribuir para a concretização de um dos objetivos Comissão Europeia: colocar os cidadãos no coração da UE e reforçar a ligação entre eles e as instituições que os servem.



Ambiente

Transição para a economia circular atrasada nos países da UE

Até agora há poucos sinais de que a União Europeia esteja a mudar para uma economia circular, afirma o Tribunal de Contas Europeu num [relatório](#) entretanto publicado. As medidas adotadas e os milhares de milhões de euros gastos pouco influenciaram a mudança nos países da União, em especial no que toca à conceção dos produtos e dos processos de produção. Por isso, os auditores concluem que alcançar a ambição da União de reciclar durante esta década o dobro dos materiais reciclados na década passada é como tentar fazer a quadratura do círculo.

A União Europeia avançou muito pouco na sua mudança para uma economia circular. Entre 2015 e 2021, a percentagem de materiais reciclados que são reutilizados (a chamada "taxa de circularidade") nos 27 países da UE aumentou, em média, apenas 0,4 pontos percentuais e em sete deles (Lituânia, Suécia, Roménia, Dinamarca, Luxemburgo, Finlândia e Polónia) até recuou. O Tribunal de Contas Europeu (TCE) conclui que a ambição da UE de duplicar a sua percentagem de materiais reciclados e reintroduzidos na economia até 2030 parece muito difícil de alcançar.

Uma economia circular mantém o valor dos produtos, materiais e recursos o máximo de tempo possível para minimizar os resíduos. Para ajudar nesta mudança, a Comissão Europeia publicou dois Planos de Ação para a Economia Circular. O primeiro, de 2015, tinha 54 ações específicas; o segundo, publicado em 2020, acrescentou 35 novas ações e definiu a meta de duplicar a "taxa de circularidade" (ou seja, a percentagem de material reciclado e reintroduzido na economia da UE) até 2030. Nenhum dos planos é obrigatório, tendo antes sido pensados para ajudar os Estados-Membros a aumentarem as atividades relacionadas com a economia circular nos últimos anos. Em junho de 2022, quase todos os países da UE tinham uma estratégia nacional para a economia circular ou estavam a elaborá-la.

A UE disponibilizou verbas consideráveis, atribuindo mais de 10 mil milhões de euros entre 2016 e 2020 para investir na inovação ecológica e ajudar as empresas a avançarem na mudança para a economia circular. Porém, os Estados-Membros gastaram o grosso destas verbas a gerir resíduos em vez de os evitar através da conceção circular, o que teria provavelmente mais impacto, considera o TCE. Os planos de ação da UE incluem também várias medidas para permitir a inovação e o investimento, mas os auditores não encontraram muitas provas de que estas contribuam realmente para uma economia circular. As medidas pouco ajudaram as empresas a produzirem produtos mais seguros ou a terem acesso a tecnologias inovadoras para tornarem os seus processos de produção mais

sustentáveis. O TCE destaca ainda no seu relatório a questão da obsolescência programada, prática que consiste em limitar artificialmente a vida útil de um produto para que seja necessário substituí-lo. A Comissão Europeia concluiu que não é possível detetar esta prática, embora eliminá-la seja nitidamente essencial para tornar os produtos mais sustentáveis.

Economia circular para os têxteis: assumir a responsabilidade de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos têxteis e impulsionar os mercados dos têxteis usados

A Comissão Europeia [propõe](#) regras para tornar os produtores responsáveis por todo o ciclo de vida dos produtos têxteis e para apoiar a gestão sustentável dos resíduos têxteis em toda a UE. Esta iniciativa acelerará o desenvolvimento do setor da recolha seletiva, triagem, reutilização e reciclagem dos têxteis na UE, em consonância com a [Estratégia da UE para a Sustentabilidade e a Circulação de Têxteis](#). O aumento da disponibilidade de têxteis usados deverá criar postos de trabalho locais e poupar dinheiro aos consumidores dentro e fora da UE, atenuando simultaneamente os impactos da produção têxtil nos recursos naturais.

A Comissão propõe a introdução de regimes obrigatórios e harmonizados de responsabilidade alargada do produtor (RAP) para os têxteis em todos os Estados-Membros da UE. Os regimes de responsabilidade alargada do produtor têm sido bem-sucedidos na melhoria da gestão dos resíduos de vários produtos, tais como embalagens, baterias e equipamentos elétricos e eletrónicos. Os produtores cobrirão os custos da gestão dos resíduos têxteis, o que também lhes dará incentivos para reduzir os resíduos e aumentar a circularidade dos produtos têxteis — concebendo melhores produtos desde o início. O montante que os produtores pagarão ao regime de responsabilidade alargada do produtor será ajustado com base no desempenho ambiental dos têxteis, um princípio conhecido como «ecomodulação».

As regras comuns da UE em matéria de responsabilidade alargada do produtor também facilitarão a aplicação pelos Estados-Membros da obrigação de recolher os têxteis separadamente a partir de 2025, em conformidade com a legislação em vigor. As contribuições dos produtores financiarão investimentos em capacidades de recolha seletiva, triagem, reutilização e reciclagem. As regras propostas em matéria de gestão de resíduos visam garantir que os têxteis usados são triados para reutilização e que o que não pode ser reutilizado é direcionado prioritariamente para a reciclagem. As empresas sociais ativas na recolha e no tratamento de têxteis beneficiarão de maiores oportunidades de negócio e de um maior mercado de têxteis em segunda mão.

A proposta aborda igualmente a questão das exportações ilegais de resíduos têxteis para países mal equipados para os gerir. Anova lei clarificará o que constitui um resíduo e o que é considerado um produto têxtil reutilizável, a fim de pôr termo à prática das exportações de resíduos dissimulados como sendo feitos para reutilização. Tal complementarás as medidas previstas na [proposta de um novo regulamento relativo às transferências de resíduos](#), que assegurará que as transferências de resíduos têxteis só se realizem quando houver garantias de que os resíduos são geridos de uma forma ambientalmente correta. A proposta apresentada visa uma revisão específica da Diretiva-Quadro Resíduos e inclui igualmente medidas relativas ao desperdício alimentar, que são pormenorizadas [aqui](#).

Emissões do transporte marítimo: Comissão congratula-se com a nova ambição da OMI em matéria de clima para 2030, 2040 e 2050 e apela ao lançamento da transição

A Comissão [congratula-se](#) com o [acordo](#) alcançado na Organização Marítima Internacional (OMI) no sentido de rever a sua estratégia de 2018 para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes dos navios. O acordo é um marco importante para reduzir a pegada de carbono do transporte marítimo internacional e assegurar que o setor do transporte marítimo dê um contributo justo para a consecução dos objetivos do Acordo de Paris, proporcional à sua quota de 3 % das emissões mundiais. Agora que o acordo é alcançado, é importante iniciar a aplicação o mais rapidamente possível.

A estratégia revista para 2023 estabelece um objetivo de emissões líquidas nulas dos navios «até ou perto de 2050». Trata-se de um aumento significativo do nível de ambição em comparação com a atual estratégia para 2018, que visava reduzir as emissões dos navios em apenas 50 % no mesmo horizonte temporal. Foi também acordada uma trajetória com pontos de controlo indicativos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa dos navios em, pelo menos, 20 % — procurando alcançar 30 % — em 2030 e, pelo menos, 70 % — com uma meta de 80 % — em 2040, ambos em comparação com os níveis de 2008. A Comissão está disposta a colaborar com os Estados-Membros da UE e outras partes na OMI para implementar uma via coerente com o objetivo do Acordo de Paris em matéria de temperatura.

A estratégia estabelece igualmente um objetivo importante de, pelo menos, 5 % — procurando alcançar 10 % — adoção de tecnologias, combustíveis e/ou fontes de energia com emissões nulas ou quase nulas de gases com efeito de estufa até 2030. Este objetivo iniciará a transição, enviando um sinal claro às indústrias marítima e dos combustíveis e incentivando as decisões de investimento necessárias e as escolhas em matéria de combustíveis.

Por último, registaram-se progressos satisfatórios no que diz respeito às medidas destinadas a implementar os objetivos. A OMI chegou a um consenso quanto à necessidade de adotar tais medidas até 2025 e de incluir uma norma que regule a redução gradual da intensidade de gases com efeito de estufa dos combustíveis navais e um mecanismo de fixação de preços das emissões de gases com efeito de estufa no setor marítimo. As medidas serão desenvolvidas com base numa avaliação de impacto exaustiva, assegurando que reduzem efetivamente as emissões do setor, contribuindo simultaneamente para condições de concorrência equitativas e para uma transição justa e equitativa, sem deixar ninguém para trás.

Os níveis de ambição e os pontos de controlo indicativos têm em conta as emissões de GEE ao longo do ciclo de vida dos combustíveis navais, com o objetivo de reduzir as emissões dentro dos limites do sistema energético do transporte marítimo internacional, evitando

assim a transferência de emissões para outros setores. A Comissão congratula-se, a este respeito, com a aprovação das orientações sobre a intensidade de gases com efeito de estufa ao longo do ciclo de vida dos combustíveis navais, que constituem uma base sólida para os próximos anos e garantem a redução das emissões de GEE.

Os Estados-Membros da UE e a Comissão trabalharam em estreita colaboração e demonstraram liderança para facilitar hoje um acordo. A UE continuará a colaborar com as Partes na OMI para decidir sobre medidas claras e ambiciosas até 2025, bem como para continuar a prestar assistência aos países em desenvolvimento e aos países menos desenvolvidos.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Vasco Cordeiro discute com von der Leyen principais prioridades da UE para reforço das respostas às necessidades das regiões e dos municípios

Numa reunião bilateral realizada a 5 de julho, o presidente do Comité das Regiões Europeu, Vasco Cordeiro, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, [falaram](#) sobre o papel que a Política de Coesão desempenha para as regiões e municípios e sobre o futuro do financiamento desta política, enquanto principal política de investimento de longo prazo da UE. O apoio do Comité das Regiões Europeu à reconstrução sustentável das regiões e cidades da Ucrânia foi também debatido.

Vasco Cordeiro informou que teve, por último, a oportunidade de fazer uma referência específica às Regiões Ultraperiféricas, entre as quais, os Açores e destacar o papel crucial que podem desempenhar para ajudar a União Europeia a ultrapassar alguns desafios com que está confrontada: no ambiente, na oceanografia, na investigação, sem esquecer os setores tradicionais da agricultura e pescas.

Política de Coesão da UE: Croácia recebeu mil milhões de euros de apoio à recuperação após os terremotos de 2020

A Croácia fez o balanço dos esforços de reconstrução dos danos causados pelos terremotos devastadores de março e dezembro de 2020 em Zagreb, Petrinja e no condado de Sisak Moslavina. Esta reconstrução foi [apoiada](#) por um total de mil milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE (FSUE), que foi concedido em duas parcelas em 2020 e 2021.

Os terremotos causaram danos em cerca de 26 mil edifícios. Graças ao apoio da UE, a Croácia pôde investir na rápida reconstrução de infraestruturas e escolas, universidades, hospitais e sítios do património cultural. O FSUE financiou, por exemplo, a reconstrução da catedral de Zagreb, dos hospitais Merkur Clinical e Sisters of Charity, de várias faculdades da Universidade de Zagreb, da escola primária Dr. Ivan Merz em Zagreb, e a instalação dos contentores no condado de Sisak Moslavina para proporcionar alojamento temporário.

A coordenação dos esforços de reconstrução e recuperação após os terremotos e a execução do financiamento foram extremamente difíceis. Foram assinados 1 330 contratos, envolvendo 609 beneficiários e 304 empresas de construção. A reconstrução envolveu um total de 10 500 trabalhadores da construção civil.



Cultura

Estudos culturais na UE em 2021: mulheres lideram, as humanidades estão no topo

Em 2021, [havia](#) cerca de 2,6 milhões de estudantes do ensino superior na UE a estudar em domínios relacionados com a cultura, o que corresponde a 14% de todos os estudantes do ensino superior na UE. Em todos os países da UE, a maior percentagem de estudantes do ensino superior em áreas relacionadas com a cultura registou-se em Itália (20%), seguida da Suécia (17%) e da Estónia (16%).

O maior número de estudantes em áreas relacionadas com a cultura prosseguiu estudos em humanidades e línguas (50%), seguidos de artes (27%), jornalismo e informação (10%) e arquitetura e urbanismo (9%). Em 2021, havia mais estudantes do sexo feminino do que masculino no ensino superior da UE a estudar em áreas relacionadas com a cultura (64% contra 36%). A percentagem de mulheres era nitidamente mais elevada entre os que estudavam jornalismo e estudos de informação (68%), humanidades e línguas (67%) e artes (61%). Por outro lado, a diferença era menos acentuada entre os estudantes de arquitetura e planeamento urbano, onde 55% dos estudantes eram do sexo feminino.

À luz do Ano Europeu das Competências 2023, estas estatísticas fornecem informações valiosas aos decisores políticos sobre a distribuição dos estudos relacionados com a cultura entre os estudantes do ensino superior da UE e as potenciais implicações para a aplicação de competências e as tendências do mercado de trabalho.



Defesa e Segurança

ASAP: Conselho e Parlamento Europeu fecham acordo para aumentar a produção de munições e mísseis na UE

A Presidência do Conselho [chegou](#) a um acordo provisório com os representantes do Parlamento Europeu sobre a Ação de Apoio à Produção de Munições (ASAP). O regulamento acordado mobilizará urgentemente 500 milhões de euros do orçamento da UE (em preços atuais) para apoiar o aumento das capacidades de fabrico para a produção de munição terra-terra e de artilharia, bem como mísseis.

Ao fazer isso, implementará a terceira via do plano acordado pelo Conselho em março de 2023 para garantir o aumento de longo prazo na produção de munição europeia em benefício da Ucrânia e dos Estados-Membros da UE. As regras acordadas introduzem um «instrumento» através do qual a UE apoiará financeiramente o reforço das capacidades de produção industrial da UE para munições e mísseis ao longo das cadeias de abastecimento e valor. Esse apoio financeiro será concedido sob a forma de subvenções a vários tipos de ações que contribuam para os esforços da indústria de defesa europeia para aumentar as suas capacidades de produção e resolver os estrangulamentos identificados.

Além disso, as novas regras facilitarão o acesso ao financiamento para empresas da UE nas áreas das munições e mísseis, potencialmente por meio do chamado “Ramp-up Fund”. Este fundo destina-se a tornar mais fácil para as empresas que fabricam munições e mísseis em toda a cadeia de valor o acesso a financiamento público e privado para acelerar os investimentos necessários para aumentar as capacidades de fabrico. O acordo provisório deve agora ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento. Em seguida, será formalmente adotado por ambas as instituições após revisão jurídico-linguística. Prevê-se que a assinatura e entrada em vigor ocorra antes do final de julho.



Educação

Erasmus+: novo financiamento para alianças entre universidades europeias reforça a cooperação no ensino superior

A Comissão Europeia [anunciou](#) os [resultados do convite à apresentação de propostas Erasmus+ 2023](#) para a [iniciativa Universidades Europeias](#), que presta apoio a alianças de instituições de ensino superior. Estas alianças entre universidades europeias estão a reunir uma nova geração de europeus que podem estudar e trabalhar em diferentes países europeus, em diferentes línguas e em diferentes setores e disciplinas académicas. Graças a estas alianças, os estudantes podem obter um diploma combinando estudos em vários países europeus, o que contribui para a competitividade internacional das instituições de ensino superior na Europa.

Com estes [resultados](#), aos quais se juntam sete novas alianças de Universidades Europeias, um total de 50 alianças envolve agora mais de 430 instituições de ensino superior em 35 países. Estes incluem todos os Estados-Membros da UE e a Islândia, a Noruega, a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, o Montenegro, a Macedónia do Norte, a Sérvia e a Turquia. Os estudantes destas instituições podem beneficiar de uma oferta educativa transnacional e inovadora única, que lhes permite adquirir aptidões e competências essenciais para o futuro. Além disso, ao associarem-se a quase 1 700 parceiros associados entre ONG, empresas e autoridades locais e regionais, as alianças das 50 Universidades Europeias levam a inovação em grande escala às regiões da Europa.

Com um orçamento global recorde de 402,2 milhões de euros do programa Erasmus+ para este convite, cada aliança recebe um orçamento de até 14,4 milhões de euros para quatro anos. O convite de 2023 abriu a possibilidade das instituições de ensino superior dos países dos Balcãs Ocidentais, não associadas ao programa Erasmus+, participarem como parceiros de pleno direito no convite. Consequentemente, as instituições de ensino superior da Albânia, da Bósnia-Herzegovina e do Montenegro aderiram à iniciativa, para além das da Macedónia do Norte e da Sérvia. Tal como no ano passado, as alianças podem envolver instituições de ensino superior dos países do Processo de Bolonha como parceiros associados. No âmbito do convite à apresentação de propostas para 2023, cerca de 30 instituições de ensino superior da Ucrânia também aderiram às alianças.



Economia e Mercado

Comissão apresenta acordo UE-Chile ao Conselho para autorização de assinatura

O acordo modernizado UE-Chile [deu](#) um passo significativo no sentido da ratificação, tendo a Comissão enviado o Acordo-Quadro Avançado (AQA) e o Acordo de Comércio Provisório (ACP) ao Conselho para autorização de assinatura. Assim que o Conselho der luz verde, a UE assinará o acordo com o Chile. Tal como salientado durante a recente visita da presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, ao Chile, este acordo histórico reveste-se de uma importância geopolítica fundamental. É também um elemento crucial para o reforço e a renovação das relações entre a UE e a América Latina e as Caraíbas, tal como refletido na [Comunicação Conjunta da Comissão e do Alto Representante «Uma Nova Agenda para as Relações entre a UE e a América Latina e as Caraíbas»](#) e na próxima Cimeira UE-Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que irá congrega os dirigentes de ambas as regiões em 17 e 18 de julho, em Bruxelas.

O estreitamento de laços económicos entre a UE e o Chile irá permitir a ambas as partes diversificar e reforçar a sua segurança económica, aumentando simultaneamente as oportunidades para as exportações e os investimentos da UE. Um melhor acesso e um investimento sustentável em matérias-primas essenciais, como o lítio, irão contribuir para promover a nossa ambição partilhada de uma transição ecológica. União Europeia e Chile elevam a sua parceria para um novo patamar com a modernização do acordo UE-Chile, cujo objetivo é reforçar o diálogo político, aprofundar a cooperação e melhorar as oportunidades comerciais e de investimento. Em especial, o acordo coloca valores comuns como os direitos humanos, o comércio sustentável, a igualdade de género e a luta contra as alterações climáticas no cerne das relações UE-Chile.

Os acordos comerciais fazem parte da abordagem de «parceria», um dos três pilares da [Estratégia Europeia de Segurança Económica](#), apresentada em 20 de junho de 2023. Uma vez em vigor, irá contribuir para tornar a economia da UE mais resiliente, mais ecológica e mais competitiva.

Derrapagens atrasam a gestão digital dos fundos da UE

A mudança para a gestão digital está a colocar pedras no caminho da Comissão Europeia e de todos os organismos responsáveis pela gestão dos fundos da UE. Esta é a conclusão de um [documento de análise](#) que o Tribunal de Contas Europeu (TCE). Houve progressos, mas está a ser muito difícil assegurar a interação entre os diferentes sistemas informáticos e bases de dados. Os fundos da UE são geridos por múltiplos organismos através de uma grande variedade de sistemas informáticos. Por isso, é impossível efetuar testes em grande escala, o que, revela o TCE, contribui para proteger os interesses financeiros da União Europeia e tornar as auditorias às respetivas despesas mais eficientes.

A digitalização é uma prioridade estratégica para a administração pública da União Europeia. Na sua estratégia digital para 2018, a Comissão Europeia estabeleceu o objetivo de se tornar verdadeiramente digital até 2022. Seguiu-se uma nova estratégia digital, em meados de 2022, com ações fundamentais a concluir até ao final de 2024.

A Comissão digitalizou os seus sistemas para a realização de pagamentos aos Estados-Membros. A digitalização é muito utilizada, por exemplo, nos pagamentos por superfície no domínio da agricultura. No entanto, os países da UE utilizam uma série de ferramentas informáticas diferentes para gerir os fundos de coesão e de desenvolvimento rural. Estas ferramentas, geralmente, não estão integradas nos sistemas da UE, pelo que não há um meio eficiente de trocar informações úteis sobre os beneficiários dos fundos da União. A Comissão tem um portal *online* com dados sobre os contratantes e os beneficiários de financiamentos da UE quando gere os fundos de forma direta e indireta, mas o portal não contém informações sobre os beneficiários efetivos ou destinatários finais quando os fundos são geridos por organizações parceiras ou outras autoridades dentro ou fora da União. O Tribunal afirma que, para aumentar a transparência e, portanto, a proteção do orçamento da UE, pode-se introduzir um identificador único dos contratantes e beneficiários de fundos da UE, o que permitiria a pesquisa nas diferentes ferramentas e sistemas.

Para agravar, o recurso à contratação pública eletrónica é desigual consoante os Estados-Membros, e as informações sobre os contratantes e os beneficiários das despesas agrícolas e de coesão, que os países da UE devem comunicar para efeitos de transparência, encontram-se muito fragmentadas. Existe uma ferramenta única (para exploração de dados e pontuação do risco) que permite o acesso e a análise de dados relevantes para a gestão dos fundos da UE, mas o seu uso é facultativo e, por isso, não é universal. A Comissão propôs que este instrumento se torne obrigatório e que as suas regras de transparência se alarguem à gestão de todos os financiamentos da União Europeia, mas estas mudanças só serão possíveis a partir do próximo período de programação, que terá início em 2028.



Emprego e Demografia

Relatório da Comissão constata que a escassez de mão de obra e de competências persiste e analisa possíveis formas de resolver

O relatório da Comissão Europeia sobre o Emprego e a Evolução Social na Europa (ESDE) 2023 [revela](#) que, apesar do impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia, que resultou num abrandamento económico no segundo semestre de 2022, os mercados de trabalho da UE demonstraram uma resiliência notável em 2022. A economia da UE cresceu 3,5 % em termos reais em 2022. As taxas de emprego atingiram um máximo histórico de 74,6%, com 213,7 milhões de pessoas empregadas em 2022, e as taxas de desemprego atingiram um mínimo histórico de 6,2%.

No entanto, o relatório também conclui que persistem desafios com uma baixa representação no mercado de trabalho de certos grupos, como as mulheres ou as pessoas com deficiência. O desemprego jovem caiu de 16,7% em 2021 para 14,5% em 2022, mas continua a ser um grande desafio. Além disso, as empresas enfrentam escassez de mão de obra e é necessário que tanto os empregadores como os trabalhadores se adaptem à evolução das necessidades de competências, no contexto das transições ecológica e digital.

Pessoas que não estudam e nem trabalham na UE: 18%

No primeiro trimestre de 2023, entre as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos que não estavam a estudar, pouco mais de 8 em cada 10 faziam parte da população ativa (81,8%). Deste total, 76,7% estavam empregadas e 5,1% estavam desempregadas. Por outro lado, 18,2% estavam fora da população ativa na UE.

Entre os países da UE, a Roménia e a Itália [registaram](#) a maior percentagem de pessoas fora da força de trabalho entre as que não frequentavam o ensino no primeiro trimestre de 2023, com 25,8% e 25,6%, respetivamente. Estes países foram seguidos pela Grécia (22,8%), Croácia (21,8%) e Bélgica (19,6%). Por outro lado, as percentagens mais baixas foram registadas na Suécia (8,3%), na Estónia (12,3%) e na Chéquia (13,6%).

De acordo com o Inquérito ao Mercado de Trabalho da UE (EU-LFS), dos 44 milhões de pessoas que não frequentavam o ensino e nem trabalhavam no primeiro trimestre de 2023, 75,5% não estavam à procura de emprego, não tinham encontrado emprego e não queriam trabalhar; 20,3% não estavam à procura, mas queriam trabalhar; 2,8% estavam à procura ativamente, mas não estavam imediatamente disponíveis, e 1,2% não estavam à procura, mas tinham encontrado um emprego para começar mais tarde. Entre as pessoas não escolarizadas e fora da população ativa, 21,1% não queriam trabalhar por estarem reformadas, outros 20,7% por doença ou deficiência e 18,2% devido a responsabilidades familiares ou outros motivos familiares.

Importações de produtos energéticos diminuem no primeiro trimestre de 2023

Entre 2021 e 2022, [registou-se](#) um aumento substancial das importações de energia na UE em termos de valor médio mensal (+121%) e de quantidade (+9%). No entanto, o primeiro trimestre de 2023 registou uma diminuição em ambos os indicadores. Em comparação com o primeiro trimestre de 2022, registou-se uma diminuição de 9,2 % em valor e uma diminuição de 3,0 % em quantidade.

Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, a UE aplicou vários pacotes de sanções, que afetaram direta e indiretamente o comércio de petróleo e gás natural e são agora visíveis num grande desvio de fornecedores de produtos energéticos. A parte da Rússia nas importações extra-UE de carvão, gás natural e óleos de petróleo tem vindo a diminuir continuamente desde o segundo trimestre de 2022. Em termos de petróleo bruto, a proibição da UE às importações marítimas de petróleo bruto russo entrou em vigor em 5 de dezembro de 2022, seguida do embargo aos produtos petrolíferos refinados a partir de 5 de fevereiro de 2023. O impacto destas medidas foi visível no primeiro trimestre de 2023. Se, no primeiro trimestre de 2022, a Rússia era o maior fornecedor de óleos de petróleo com uma quota de 26,0 %, no primeiro trimestre de 2023, a quota da Rússia era apenas igual a 3,2 %, uma diminuição de 22,8 pontos percentuais (pp), em comparação com o primeiro trimestre de 2022. Em contrapartida, a Noruega (+3,8 pp), a Arábia Saudita (+3,4 pp) e os Estados Unidos (+2,7 pp) foram os países que mais viram as suas quotas aumentar no mesmo período.

A situação foi semelhante para o gás natural em estado gasoso, com os países da UE a recorrerem a outras fontes de abastecimento. No primeiro trimestre de 2022, a Rússia era o maior fornecedor da UE com uma quota de 38,8%, seguida da Noruega (38,1%), mas no primeiro trimestre de 2023, a quota da Rússia caiu 21,4 pp, enquanto as quotas da Noruega (+8,0 pp), Argélia (+7,4 pp) e Reino Unido (+4,0 pp) aumentaram. No que respeita ao gás natural liquefeito, a Rússia (18,1 %) foi o segundo maior fornecedor da UE, atrás dos Estados Unidos (48,6 %), no primeiro trimestre de 2022. Em relação ao primeiro trimestre de 2023, a quota da Rússia diminuiu 4,9 pontos percentuais. Ao mesmo tempo, as quotas da Noruega (+6,5 pontos percentuais), do Qatar e da Argélia (ambas +2,4 pontos percentuais) aumentaram, enquanto a quota dos Estados Unidos diminuiu 8,4 pontos percentuais.

Dados preliminares de 2022 relativos à energia revelam tendências mistas

Os últimos três anos foram marcados por muitas incertezas e flutuações no que diz respeito à energia. Após os confinamentos e as medidas restritivas relacionadas com a COVID-19 em 2020, muitos países da UE [registaram](#) uma recuperação da atividade económica em 2021. No entanto, os preços do gás natural dispararam no segundo semestre de 2021 e 2022 revelou-se um ano ainda mais difícil, uma vez que as sanções às importações da Rússia, as perturbações no aprovisionamento de gás natural e as preocupações com a potencial escassez de gás afetaram o mercado e conduziram a picos nos preços do gás natural. Tudo isto, em combinação com a menor produção das centrais nucleares, afetou significativamente o mercado europeu da eletricidade, onde os preços também subiram.

Os dados preliminares relativos a 2022 mostram que, depois de em 2021 se ter registado um aumento da oferta de todos os produtos (hulha e lenhite, gás natural, produtos petrolíferos e nuclear), em 2022 registou-se uma queda acentuada do nuclear e do gás natural, enquanto a lenhite e os produtos petrolíferos continuaram a aumentar. A hulha manteve-se quase ao mesmo nível que em 2021, registando apenas uma diminuição muito ligeira. A diminuição da oferta de energia nuclear devido a manutenção e paragens prolongadas, bem como da produção hidroelétrica ligada ao verão excepcionalmente quente e seco de 2022 em muitos países da UE, afetou as principais fontes de produção de eletricidade.

Após uma queda maciça de 11,9% em 2020 no fornecimento de produtos petrolíferos, registou-se o oposto nos anos seguintes: +3,2% em 2021 e +4,5% em 2022 (face ao ano anterior). Em 2022, o abastecimento de petróleo e produtos petrolíferos totalizou 535 142 mil toneladas, ainda abaixo do valor pré-pandémico de 2019, de 563 116 mil toneladas.

Em termos de gás natural, a oferta diminuiu para 13,7 milhões de terajoules (TJ), o valor mais baixo desde 2014. Trata-se de uma quebra de 13,8% face a 2021 e de -10,8% face à média de 2017-2019 e é coerente com o sucesso da iniciativa de redução voluntária de 15% da procura de gás introduzida em agosto de 2022 (ver nota metodológica). As importações líquidas de gás natural totalizaram 13,4 milhões de TJ, um aumento de 1,1% em relação a 2021, e a produção nacional atingiu 1,6 milhões de TJ, mantendo uma tendência decrescente desde 2017 (3,1 milhões de TJ). Em 2022, a oferta de lenhite aumentou 5,7% para 294 776 mil toneladas, enquanto a oferta de hulha registou um ligeiro decréscimo de 0,1%, mantendo-se num nível de 165 080 mil toneladas semelhante ao de 2021. Em comparação com a média de 2017-2019, em 2022, a oferta de lenhite diminuiu 17,0% e a de hulha 21,8%.

Governo dos Açores felicita astrofísico açoriano Pedro Mota Machado

A União Astronómica Internacional [atribuiu](#) o nome “Pedromachado” a um asteroide que orbita entre as órbitas de Marte e Júpiter, em reconhecimento ao professor e investigador do Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço Pedro Mota Machado, açoriano. O Governo dos Açores, em nota, felicitou o professor Pedro Mota Machado pelo reconhecimento, bem como pela carreira científica e

pedagógica que tem desenvolvido no estudo do Sistema Solar e no domínio da astrofísica, que é um dos primeiros portugueses e o primeiro açoriano a receber tal reconhecimento. “Esta distinção honra os Açores e todos os açorianos”, refere-se.



Estado de Direito

Relatório de 2023 sobre o Estado de direito: progressos em 65 % das recomendações, mas são necessárias novas medidas

A Comissão Europeia [publicou](#) o [quarto relatório anual sobre o Estado de direito](#), que examina a situação do Estado de direito em cada Estado-Membro. Embora subsistam preocupações em matéria de Estado de direito em alguns Estados-Membros da UE, o relatório tornou-se um motor fundamental da mudança e das reformas positivas. Com efeito, 65 % das recomendações do ano passado foram total ou parcialmente abordadas. Tal mostra que estão em curso, nos Estados-Membros, esforços importantes para dar seguimento às recomendações do ano anterior. Dado que as reformas destinadas a melhorar o quadro do Estado de direito levam tempo, tal reflete uma evolução significativa ao longo de apenas um ano. Ao mesmo tempo, subsistem preocupações sistémicas em alguns Estados-Membros.

O pacote inclui uma [comunicação](#) que analisa a situação da UE em geral e 27 [capítulos, um por cada país](#) que analisam as evoluções significativas em cada Estado-Membro desde julho de 2022. O relatório inclui uma avaliação das recomendações do ano passado e formula novamente [recomendações](#) específicas destinadas aos Estados-Membros. O relatório abrange quatro pilares: sistemas judiciais nacionais, quadros de combate à corrupção, pluralismo dos meios de comunicação social e outras questões institucionais relativas ao equilíbrio dos poderes.

Ucrânia: Centro Internacional para o julgamento dos crimes resultantes da agressão da Rússia contra a Ucrânia inicia atividade

O Centro Internacional para a Acusação dos Crimes resultantes da Agressão contra a Ucrânia (ICPA) [iniciou](#) as suas atividades em Haia, sob a égide da Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust). O recém-criado Centro será fundamental para investigar os crimes e facilitar a constituição de processos para futuros julgamentos. Proporcionará uma estrutura para apoiar e melhorar as investigações atuais e futuras e contribuirá para o intercâmbio e a análise das provas recolhidas desde o início da agressão russa.

O Centro, criado com o apoio da Comissão, é composto por procuradores nacionais selecionados que já participam na Equipa de Investigação Conjunta, à qual o Centro está ligado nas suas operações. Os peritos participantes poderão trabalhar em conjunto diariamente, trocar provas rapidamente e chegar a acordo sobre uma estratégia comum. A Eurojust prestará apoio operacional, jurídico, financeiro e logístico, incluindo a preservação, o armazenamento e a análise de provas. Este trabalho é essencial para preparar futuros julgamentos, seja perante tribunais nacionais ou internacionais, incluindo um eventual tribunal para os crimes de agressão ou o Tribunal Penal Internacional (TPI) para crimes da sua competência.

Criminalidade organizada: publicação dos resultados de 2022 das ações de luta contra a criminalidade a nível da UE no âmbito da EMPACT

Os resultados de 2022 do instrumento emblemático da UE de luta contra a criminalidade organizada foram publicados. Nos 15 domínios de criminalidade abrangidos, as ações policiais e judiciais a nível da UE [conduziram](#) a: 9 922 detenções; identificação de 4 019 vítimas de tráfico de seres humanos; 3 646 passadores de migrantes detidos; mais de 180 milhões de euros apreendidos; mais de 62 toneladas de droga apreendidas; 9 262 investigações iniciadas.

A EMPACT otimiza a coordenação e a cooperação sobre as prioridades em matéria de criminalidade que afetam os Estados-Membros da UE. As ações de luta contra a criminalidade são levadas a cabo pelas autoridades policiais e judiciais a nível nacional, com o apoio das instituições e agências da UE. Sempre que pertinente, estão também envolvidas organizações dos setores público e privado, organismos internacionais e países terceiros.



Habitação

Rendas sobem e preços das casas descem na UE no primeiro trimestre de 2023

No primeiro trimestre de 2023, os preços das casas na UE [diminuíram](#) -0,7% em comparação com o quarto trimestre de 2022, enquanto as rendas aumentaram 0,9%. Esta é a segunda diminuição trimestral consecutiva dos preços da habitação, após uma diminuição de -1,4% no quarto trimestre de 2022. Em comparação com o primeiro trimestre de 2022, as rendas e os preços das casas na UE aumentaram, com um aumento de 2,9% nas rendas e um aumento de 0,8% nos preços das casas.

Os preços das casas e das rendas na UE seguiram uma trajetória ascendente semelhante entre 2010 e o segundo trimestre de 2011. No entanto, após este trimestre, os preços da habitação e as rendas evoluíram de forma diferente. Enquanto as rendas aumentaram de forma constante ao longo deste período até ao primeiro trimestre de 2023, os preços da habitação flutuaram consideravelmente.

Após uma descida acentuada entre o segundo trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2013, os preços da habitação mantiveram-se mais ou menos estáveis entre 2013 e 2014. Após uma rápida subida no início de 2015, os preços da habitação aumentaram mais

rapidamente do que as rendas até ao segundo trimestre de 2022. No terceiro trimestre de 2022, os preços da habitação aumentaram ao mesmo ritmo que as rendas (ambos +0,7% em comparação com o segundo trimestre de 2022). Desde o quarto trimestre de 2022, os preços da habitação começaram a descer, enquanto as rendas continuaram a aumentar.

Durante este período, os preços da habitação aumentaram em 24 países da UE e diminuíram em três. Mais do que duplicaram na Estónia (+200%), Hungria (+180%), Lituânia (+146%), Letónia (+132%), Luxemburgo (+126%), República Checa (+123%) e Áustria (+122%). Registaram-se descidas na Grécia (-14%), Itália (-9%) e Chipre (-2%). No que se refere às rendas, os preços aumentaram em 26 países da UE e diminuíram num, com os aumentos mais elevados na Estónia (+212%) e na Lituânia (+165%). A única descida registada foi na Grécia (-22%).



Indústria

Conselho adota posição sobre o Regulamento Produtos de Construção

O Conselho [adotou](#) a sua posição de negociação sobre o Regulamento Produtos de Construção (RPC), que atualiza a legislação em vigor desde 2011. A posição de negociação do Conselho apoia os objetivos gerais da proposta, mas procura clarificar alguns elementos para assegurar a coerência com a legislação conexa, como o Regulamento Conceção Ecológica.

O Regulamento Produtos de Construção proposto estabelece regras harmonizadas a nível da UE para a disponibilização de produtos de construção no mercado. O novo regulamento aplicará os princípios da economia circular aos produtos de construção, para que estes durem mais tempo, sejam mais fáceis de reparar e possam ser reciclados no seu fim de vida. O novo regulamento visa criar normas europeias comuns e eliminar os obstáculos à livre circulação dos produtos de construção no mercado interno. A proposta de atualização do regulamento de 2011 apresenta soluções digitais para reduzir os encargos administrativos, nomeadamente uma base de dados ou um sistema de produtos de construção.

A posição de negociação do Conselho propõe que se proceda a uma harmonização caso a caso dos produtos de construção disponíveis no mercado, mas também alarga o âmbito de aplicação do regulamento de modo a abranger os produtos usados e refabricados mediante especificações técnicas específicas. O mandato de negociação clarifica igualmente o procedimento de harmonização dos produtos. O ponto de partida consistirá num pedido a enviar ao Comité Europeu de Normalização (CEN) que reúne os organismos nacionais de normalização de 27 Estados-Membros e da Islândia, da Noruega, da Macedónia do Norte, da Sérvia, da Suíça, da Turquia e do Reino Unido. Se o CEN não emitir uma norma, a Comissão será autorizada a adotar atos de execução como solução de recurso.

O ecossistema da construção representa quase 5,5 % do PIB da UE e emprega cerca de 25 milhões de pessoas em mais de 5 milhões de empresas. A indústria dos produtos de construção engloba 430 000 empresas na UE, que representam um volume de negócios de 800 mil milhões de euros. São, na sua maioria, pequenas e médias empresas, que constituem um ativo económico e social fundamental para as comunidades locais nas regiões e cidades europeias. Os edifícios são responsáveis por cerca de 50 % da extração e consumo de recursos e por mais de 30 % do total anual dos resíduos da UE. Os edifícios são ainda responsáveis por 40 % do consumo energético da UE e por 36 % das emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com a energia. A revisão do Regulamento Produtos de Construção faz parte do pacote de medidas que a Comissão apresentou em 30 de março, juntamente com o Regulamento Conceção Ecológica e a Estratégia da UE em prol da Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis. Estas medidas inserem-se no Pacto Ecológico Europeu e no Plano de Ação para a Economia Circular.

Regulamento Matérias-Primas Críticas: Conselho adota posição de negociação

O Conselho [adotou](#) a sua posição ("mandato de negociação") sobre a proposta de regulamento que estabelece um quadro para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas, mais conhecido como Regulamento Matérias-Primas Críticas. Este regulamento tira partido dos pontos fortes do mercado único e das parcerias para diversificar as cadeias de abastecimento de matérias-primas críticas, que atualmente dependem de importações provenientes de um pequeno grupo de países terceiros.

A posição do Conselho aumenta o nível de ambição em relação às matérias-primas recicladas e transformadas, reforça os critérios de sustentabilidade, adapta o processo de concessão de licenças e explora as obrigações que incumbem aos Estados-Membros a fim de assegurar que sejam tidas em conta as suas diferentes situações. Para alcançar estes objetivos, o regulamento estabelece uma lista de 34 matérias-primas críticas, incluindo 16 que são igualmente consideradas de importância estratégica, bem como várias medidas destinadas a reduzir os riscos das nossas dependências atuais. Estas medidas incluem a simplificação dos procedimentos para projetos considerados estratégicos, com pontos de contacto designados a nível nacional, análises de risco, planos de exploração dos Estados-Membros, investimento em investigação, inovação e competências e proteção do ambiente através da promoção da circularidade e da sustentabilidade das matérias-primas.

Famalicão, Friul-Venécia Juliana e Morávia do Sul/Brno recebem distinção pelas suas visões empreendedoras que promovem um crescimento sustentável, resiliente e digital

Através do prémio [Região Empreendedora Europeia](#) (EER), o Comité das Regiões [distinguiu](#), na edição de 2024, três regiões e municípios europeus (Famalicão, Friul-Venécia Juliana e Morávia do Sul/Brno) pelas suas estratégias de empreendedorismo orientadas para as PME e a indústria que promovem o crescimento sustentável.

O prémio da Região Empreendedora Europeia (EER) é um projeto que identifica e recompensa todos os anos territórios da UE que revelam uma estratégia política extraordinariamente empreendedora e inovadora, independentemente da sua dimensão, riqueza e competências. Aos territórios que apresentem o plano mais crível, prospetivo e promissor é atribuído o rótulo «Região Empreendedora Europeia» para o ano seguinte. Os candidatos terão de demonstrar um verdadeiro empenhamento político em apoiar as PME e reforçar o espírito empreendedor através de uma estratégia oficialmente aprovada pela assembleia regional, pelo governo da região ou outros órgãos autorizados.

O rótulo EER foi criado em parceria com a Comissão Europeia e conta com o apoio de muitas partes interessadas a nível europeu como [aSMEunited](#), [a Associação das Câmaras de Comércio e Indústria Europeias \(Eurochambres\)](#), [a Social Economy Europe](#) e [a Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento Económico \(EURADA\)](#). O vídeo sobre os três municípios e regiões vencedores do prémio EER 2024 está disponível [aqui](#).



Instituições

Espanha assume a Presidência rotativa do Conselho

O dia 1 de julho de 2023 [assinalou](#) o início da Presidência espanhola do Conselho. Os trabalhos da Presidência espanhola serão orientados por quatro prioridades: reindustrializar a UE e assegurar a sua autonomia estratégica aberta, avançar na transição ecológica e na adaptação ambiental, promover uma maior justiça social e económica, e reforçar a unidade europeia.

No [programa oficial da Presidência espanhola do Conselho da União Europeia](#) é referido que «em coordenação com a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP), a Presidência espanhola promoverá ações transversais a favor das RUP, respondendo ao défice estrutural reconhecido no artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). É referido ainda que apoiarão a criação de uma Agência Europeia de Turismo com delegações em cada uma das zonas geográficas das RUP.»

Relatório de prospetiva estratégia de 2023: a sustentabilidade e o bem-estar no centro da autonomia estratégica aberta da UE

A Comissão Europeia [apresentou](#) o seu [relatório de prospetiva estratégica de 2023](#), no qual procura determinar o que fazer para colocar a «sustentabilidade e o bem-estar das pessoas no centro da autonomia estratégica aberta da Europa» e sugere medidas concretas para alcançar este objetivo. A UE está a levar a cabo um ambicioso processo de transição a fim de, nas próximas décadas, alcançar a neutralidade climática e a sustentabilidade ambiental. Esta transição para a sustentabilidade será essencial para reforçar a autonomia estratégica aberta da UE, assegurar a sua competitividade a longo prazo, preservar o modelo europeu de economia social de mercado e consolidar a sua posição de liderança mundial no âmbito da nova economia com impacto neutro no clima. Para ser bem sucedida, a UE terá de enfrentar diversos desafios e tomar decisões que transformarão as nossas sociedades e economias a um ritmo e a uma escala sem precedentes.

O relatório de 2023 apresenta uma panorâmica dos desafios que teremos de enfrentar para lograr a transição para a sustentabilidade e propõe dez domínios de ação. A fim de permitir aos responsáveis pela elaboração de políticas dispor de indicadores económicos que tenham igualmente em conta as questões relacionadas como o bem-estar, propõe que o PIB (PIN) passe a ter em conta diferentes fatores como a saúde e o ambiente. Esta abordagem reforçará a autonomia estratégica aberta da UE e a sua posição a nível mundial no que respeita à prossecução do objetivo de criar uma economia resiliente com impacto neutro no clima.



Investigação e inovação científica, ciência

Desempenho da inovação na UE continua a melhorar a nível nacional e regional

A edição de 2023 do [Painel Europeu da Inovação](#) e a edição bianual do [Painel Regional da Inovação](#) mostram que, apesar das recentes crises, os Estados-Membros da UE e as suas regiões [continuam](#) a melhorar o seu desempenho em matéria de inovação. O Painel Europeu da Inovação 2023 destaca uma melhoria substancial no desempenho da inovação de cerca de 8,5 % desde 2016, confirmando o empenho da UE em promover uma cultura de inovação.

O desempenho inovador de 25 países melhorou durante este período, embora a um ritmo mais lento nos anos mais recentes, e 20 Estados-Membros registaram um aumento significativo das suas capacidades de inovação no ano passado, enquanto apenas sete observaram um declínio. No entanto, os países com sistemas de inovação menos fortes tendem a melhorar menos rapidamente do que a média da UE.

O Painel de Avaliação da Inovação Regional também regista um aumento do desempenho da inovação na maioria das regiões da UE desde 2016. Embora as regiões inovadoras tendam a estar situadas nos países mais inovadores, algumas "bolsas de excelência"

regionais encontram-se em países com um desempenho inovador relativamente inferior. A nível regional, o desempenho da inovação aumentou para 211 regiões de um total de 239 regiões desde 2016. A região mais inovadora da Europa é Hovedstaden, na Dinamarca, seguida de Helsínquia-Uusimaa, na Finlândia, e Oberbayern, na Alemanha. Estocolmo, na Suécia, está em quarto lugar, e Berlim, na Alemanha, em quinto lugar.

A nível mundial, a UE continua a ter um desempenho ligeiramente superior ao da China e está a reduzir a diferença de desempenho em relação à Austrália, embora a diferença em relação ao Canadá, à República da Coreia e aos Estados Unidos tenha aumentado.



Juventude

Prémio Jovens Inventores 2023: engenheira informática portuguesa ficou em segundo lugar

[Filipa de Sousa Rocha](#) desenvolveu um sistema de aprendizagem digital inclusiva para crianças com deficiência visual e é uma de três finalistas da segunda edição do [Prémio Jovens Inventores](#) que o [Instituto Europeu de Patentes](#) (IEP) criou para inspirar a próxima geração de inventores. A iniciativa reconhece jovens inovadores com idade igual ou inferior a 30 anos que tenham desenvolvido soluções tecnológicas para resolver problemas globais e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O trabalho da inventora na melhoria do acesso à educação contribui para o ODS 4: Educação de qualidade e para o ODS 10: Redução das desigualdades. Mais informações sobre o impacto da invenção, a tecnologia e a história da inventora portuguesa [aqui](#).



Mar e Pescas

Blue BioTech Roadshow dinamiza a inovação azul nos Açores

Chegou ao fim o *Blue BioTech Roadshow*, uma iniciativa que visa capacitar projetos e *startups* no setor da biotecnologia azul nos Açores. O encerramento [aconteceu](#) esta sexta-feira no *Pitch Fest Day*, uma sessão de celebração da biotecnologia e inovação azul que decorreu no Nonagon – Parque da Ciência e Tecnologia de São Miguel, no Município de Lagoa. Nesta sessão, 12 equipas de *startups* e projetos de I&D de biotecnologia azul sediados nos Açores, tiveram a oportunidade de apresentar as suas ideias inovadoras a um painel de jurados especialistas.

De entre as equipas que participaram, destacaram-se a *AquaBioCatalysts*, que extrai e isola ingredientes a partir de organismos marinhos endémicos, tais como o colagénio, para utilização na indústria da cosmética e da nutracêutica, e a *Circular Blue Group* que desenvolve novas fibras têxteis através da junção de lixo marinho, proveniente de artes de pesca, com os biorrecursos marinhos. Ambas vencedoras, foram premiadas com 6 sessões de mentoria especializada durante seis meses com a *BlueBio Alliance* – Associação Portuguesa dos Biorrecursos Marinhos.

Promovida pelo Programa *Blue Azores* e em parceria com a *BlueBio Alliance*, esta iniciativa tem como principais objetivos criar soluções alternativas, descarbonizadoras e sustentáveis para os grandes desafios globais e conectar os diferentes intervenientes na cadeia de valor da biotecnologia azul da região, promovendo a transferência de conhecimento e tecnologia.

O *Blue Azores*, que pretende promover o desenvolvimento da economia azul, realçou a importância da conservação e valorização dos recursos marinhos, através da implementação de áreas marinhas protegidas. Foi também enaltecida a importância do capital natural azul enquanto impulsor de novas soluções competitivas que dinamizam a economia. É um programa colaborativo, liderado pelo Governo Regional dos Açores, dedicado aos ecossistemas marinhos e à implementação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP), para proteger, promover e valorizar o capital natural do mar dos Açores, com base no melhor conhecimento científico, em colaboração com a Universidade dos Açores.

Aniversário da Declaração de Galway: uma década de cooperação em investigação marinha ao longo e através do Oceano Atlântico

A União Europeia juntamente com o Canadá e os Estados Unidos [celebraram](#) o décimo aniversário da Declaração de Galway. A Declaração de Galway é um acordo de cooperação para unir forças na investigação do Oceano Atlântico, aumentar o conhecimento do Oceano Atlântico e construir um caminho comum para a gestão sustentável deste recurso partilhado. Isso tem sido fundamental para promover a investigação colaborativa e os esforços interdisciplinares, revolucionando a maneira como estudamos os ecossistemas oceânicos, incluindo o mar profundo, e colaboramos com parceiros internacionais. Na última década, a Declaração de Galway obteve reconhecimento global e catalisou uma [onda de iniciativas](#), [projetos](#) e [desenvolvimentos de políticas](#) destinadas a abordar as questões mais prementes da ciência oceânica.

«Parar a remoção das barbatanas — Stop the trade»: Comissão congratula-se com a iniciativa de cidadania europeia e explorará formas de combater o comércio de barbatanas de tubarões

A Comissão Europeia [respondeu](#) à [iniciativa de cidadania europeia «Stop finning — Stop the trade»](#), que havia solicitado que fossem adotadas medidas para pôr termo ao comércio internacional de barbatanas de tubarões soltas. A prática cruel e ilegal de «remoção das barbatanas» significa que as barbatanas foram cortadas do animal e o tubarão é devolvido ao mar enquanto ainda pode estar vivo.

A Comissão congratula-se com a iniciativa e tomará medidas em três domínios, incluindo a análise da oportunidade de tomar uma iniciativa legislativa para pôr termo ao comércio de barbatanas soltas, iniciar uma avaliação de impacto e melhorar as estatísticas pertinentes. A Comissão intensificará igualmente a aplicação das medidas de rastreabilidade da UE e colaborará com os parceiros internacionais. A UE está empenhada na conservação e gestão sustentável dos tubarões, bem como de outros recursos biológicos marinhos, tanto dentro como fora da UE. O apoio de mais de um milhão de cidadãos a esta iniciativa é um sinal claro e um incentivo para manter e reforçar o elevado nível de ambição que a Comissão tem vindo a aplicar desde 2003, data em que foi introduzido na UE o «[Regulamento relativo à remoção de tubarões](#)».



Mobilidade

Auxílios estatais: Comissão prorroga a possibilidade de conceder auxílios ao funcionamento a determinados aeroportos regionais

A Comissão Europeia [prorrogou](#) até 4 de abril de 2027 a possibilidade de conceder auxílios ao funcionamento a determinados aeroportos regionais ao abrigo das [Orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas](#) de 2014. As restantes orientações continuam a ser aplicáveis, sem mais alterações.

As [Orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas](#) de 2014 permitem que os Estados-Membros concedam, sob determinadas condições, auxílios ao funcionamento a aeroportos regionais com menos de 3 milhões de passageiros por ano, com o objetivo de cobrirem os seus custos. As Orientações estabelecem um período de transição de dez anos durante o qual esse auxílio pode ser declarado compatível com o mercado interno. O período de transição expira em 4 de abril de 2024.

As Orientações permitem igualmente que os Estados-Membros concedam auxílios ao funcionamento ao abrigo de um regime mais favorável (ou seja, auxílios com intensidades mais elevadas) a aeroportos com um máximo de 700 mil passageiros por ano que enfrentam mais dificuldades para cobrirem os seus custos. Esta possibilidade, inicialmente prevista para um período de 5 anos, foi prorrogada em 2018 até ao final do período de transição, em abril de 2024.



Proteção civil

Paquistão: UE mobiliza mais de 16,5 milhões de euros em ajuda humanitária para os mais vulneráveis

A Comissão Europeia [vai](#) disponibilizar 16,5 milhões de euros para ajudar as pessoas mais vulneráveis do Paquistão que foram afetadas por conflitos e por catástrofes provocadas pelo clima. Da dotação global, 15 milhões de euros destinam-se a financiar organizações humanitárias no Paquistão para prestar assistência alimentar, abrigo, água e serviços de saneamento, bem como para apoiar os refugiados afegãos e as suas comunidades de acolhimento. Os restantes 1,5 milhões de euros centram-se em programas de preparação para catástrofes, a fim de promover a resistência às alterações climáticas, fomentar a coordenação com as autoridades locais e melhorar a resposta.

A UE mobilizou 30 milhões de euros em ajuda humanitária e coordenou a assistência recebida dos Estados-Membros, canalizada através do seu Mecanismo de Proteção Civil, em resposta às inundações devastadoras que atingiram o Paquistão no verão de 2022. Um ano depois, o financiamento hoje anunciado assegurará também um apoio contínuo às pessoas que perderam recursos e lutam para recuperar da catástrofe das inundações.



Regiões Ultraperiféricas

Revisão do Quadro Financeiro da UE pode ser “excelente oportunidade” para as RUP, considera Faria e Castro

O subsecretário regional da Presidência, Pedro de Faria e Castro, [considerou](#), em Bruxelas, que a revisão do Quadro Financeiro Plurianual pode ser “uma excelente oportunidade” para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia. Faria e Castro, que intervinha num seminário sobre o futuro da política de coesão e a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual na ótica das RUP, que decorreu no Parlamento Europeu, frisou que esta pode ser a forma de “garantir o necessário reforço financeiro à aplicação das medidas que se encontram em preparação e discussão no quadro do diálogo das RUP com as instituições europeias”.

“A revisão do Quadro Financeiro Plurianual não pode prejudicar os compromissos da União Europeia para com as RUP, decorrentes da aplicação do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e da Comunicação da Comissão Europeia, de 3 de maio de 2022, sobre a matéria”, afirmou ainda o subsecretário Regional, sublinhando que “estão em causa medidas que conjugam o desenvolvimento económico e social com a sustentabilidade ambiental nestas regiões”. Para Faria e Castro “as difíceis acessibilidades são o fator que mais tem contribuído para atrasar a convergência destes territórios com o restante território europeu e a consequente integração plena no mercado interno europeu”, salientando que no caso concreto dos Açores, “é feito igualmente um apelo à correção da contínua suborçamentação do POSEI, essencial para o setor de atividade mais importante da Região, a agricultura”.

Neste seminário, promovido pela eurodeputada madeirense Cláudia Monteiro de Aguiar, participaram oradores como Stéphane Bijoux, membro da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu (PE), Peter Berkowitz, director de Política da Direcção-Geral da Política Regional e Urbana (DG-Regio) da Comissão Europeia, Julian Zafra Díaz, director geral dos Assuntos Europeus do Governo das Canárias e José Manuel Fernandes, membro da Comissão dos Orçamentos, do PE.



Saúde

Conselho adota posição sobre o regulamento relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias químicas

O Conselho [adotou](#) a sua posição de negociação sobre a proposta de regulamento relativo à classificação, rotulagem e embalagem de produtos químicos, também conhecido por Regulamento CRE. A presente proposta de regulamento atualiza a legislação da UE em vigor e visa clarificar as regras de classificação e rotulagem das substâncias químicas e as informações exigidas para os produtos químicos vendidos em linha.

A posição do Conselho harmoniza o Regulamento CRE com as diferentes formas de práticas comerciais atuais (por exemplo, em linha ou por recarregamento), torna os rótulos mais claros e fáceis de compreender (incluindo a rotulagem digital) e assegura um elevado nível de proteção contra os riscos dos produtos químicos. A popularização de novas tendências comerciais (como as compras em linha ou a reutilização de recipientes para comprar a granel), juntamente com o aparecimento de novos perigos associados aos produtos químicos (incluindo a presença de desreguladores endócrinos ou a longa duração de vida de determinadas substâncias) exigiram uma atualização do regulamento de 2008 em vigor.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Sudão: Declaração sobre o conflito armado

A União Europeia [condena](#) veementemente os combates em curso no Sudão, bem como a persistente recusa das partes no conflito em procurar uma solução pacífica. É necessário negociar sem demora um cessar-fogo duradouro, a fim de garantir a proteção do povo sudanês, cuja segurança e unidade continuam a ser postas em perigo, e de permitir espaço para a mediação e um diálogo político inclusivo. Independentemente do cessar-fogo, a UE apela a todos os intervenientes para que permitam e facilitem a prestação de assistência humanitária e garantam um acesso seguro, atempado e sem entraves às operações humanitárias por todas as partes interessadas.

A UE lamenta a perda de vidas humanas e as graves violações do direito internacional, incluindo o direito internacional em matéria de direitos humanos e o direito internacional humanitário. A UE está particularmente preocupada com os relatos de ataques em grande escala contra civis e zonas civis, nomeadamente com base na etnia, em especial no Darfur, com relatos horríveis de violência sexual e baseada no género generalizada, assassinatos seletivos, deslocações forçadas e constante utilização das milícias como arma. A abertura de novas frentes de batalha no Cordofão do Sul é igualmente preocupante. Em circunstâncias tão graves, a nossa primeira prioridade deve ser a garantia da proteção dos civis e a prevenção de novas atrocidades. A UE reitera a importância de respeitar o direito internacional humanitário e os princípios humanitários, bem como a necessidade de implementar urgentemente uma cessação imediata das hostilidades, sem condições prévias.

Com 256,4 milhões de euros prometidos em 2023 para a ajuda humanitária e a ajuda ao desenvolvimento do Sudão, a UE reafirma o seu firme apoio e solidariedade para com o povo sudanês, especialmente as mulheres e os jovens que lideraram uma revolução pacífica há quatro anos. As suas aspirações e reivindicações de um futuro melhor continuam a ser um elemento central do empenhamento da UE. A UE continuará a colaborar com os principais parceiros, incluindo figuras civis e políticas sudanesas, bem como com intervenientes da sociedade civil, sobre a cessação das hostilidades e o regresso a conversações significativas sobre um cessar-fogo sustentável e uma solução pacífica credível para o conflito baseada num diálogo inclusivo.



Tecnologia, informática e comunicações

Mais de 81% dos residentes da UE que viajam na UE e no EEE podem telefonar, enviar mensagens de texto e utilizar dados móveis sem custos adicionais

O inquérito Eurobarómetro da Comissão Europeia sobre as tarifas de *roaming* revela que mais de 81% dos residentes na UE que viajaram nos últimos dois anos sabem que podem telefonar, enviar mensagens de texto e utilizar dados móveis sem custos adicionais quando viajam na UE, na Islândia, no Liechtenstein e na Noruega, e que beneficiam dessa possibilidade. De acordo com o inquérito, 72% dos inquiridos que viajaram para o estrangeiro na UE ou no EEE viajam apenas uma ou duas vezes por ano e 28% viajam com mais frequência. 71% dos inquiridos consideram úteis os SMS que recebem quando atravessam uma fronteira, com informações personalizadas sobre tarifas e sobre comunicações de emergência.

Mais de 80% dos inquiridos confirmam que os dados em *roaming*, sujeitos a certos limites conhecidos como "[política de utilização razoável](#)", são suficientes para cobrir as suas necessidades quando viajam, seja por lazer, trabalho ou estudo. No entanto, para evitar sobretaxas, um número considerável de utilizadores de *roaming* limita o seu consumo de dados ou desativa o *roaming* de dados no seu telemóvel. 49% deles fazem-no ocasionalmente durante a sua estadia. Por conseguinte, ainda há margem para melhorar a sensibilização para as vantagens do *roaming* de dados.

As conclusões do estudo serão tidas em conta no âmbito da revisão pela Comissão das regras de "utilização razoável", que garantem que os operadores podem oferecer serviços de dados móveis aos seus clientes quando estes viajam a preços domésticos numa base sustentável. As regras da UE em matéria de *roaming* estão em vigor desde junho de 2017. Em 2022, foram prorrogadas por 10 anos. O anterior [Eurobarómetro](#) sobre *roaming* foi realizado em 2018. O inquérito do Eurobarómetro e os dados por país estão [disponíveis em linha](#).

Proteção de dados: Comissão adota novas regras para assegurar uma aplicação mais rigorosa do RGPD em casos transfronteiriços

A Comissão Europeia propõe uma nova legislação para racionalizar a cooperação entre as autoridades competentes em matéria de proteção de dados (APD) quando aplicam o [Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados](#) em casos transfronteiriços. O novo regulamento estabelecerá regras processuais concretas para as autoridades quando aplicam o RGPD em casos que afetem pessoas localizadas em mais do que um Estado-Membro. Por exemplo, introduzirá a obrigação de a APD principal enviar um «resumo dos aspetos mais importantes» às suas homólogas em causa, descrevendo os principais elementos da investigação e os seus pontos de vista sobre o caso, permitindo-lhes, assim, dar o seu contributo numa fase inicial. A proposta contribuirá para reduzir as divergências e facilitar o consenso entre as autoridades desde o início do processo.

Para as pessoas singulares, as novas regras esclarecerão quais os documentos que devem apresentar quando fazem uma reclamação e garantirão que são devidamente envolvidas no processo de investigação. Para as empresas, as novas regras esclarecerão os respetivos direitos processuais quando uma APD investiga uma potencial violação do RGPD. Por conseguinte, as regras facilitarão uma resolução mais rápida dos casos, o que significa vias de recurso mais rápidas para as pessoas singulares e uma maior segurança jurídica para as empresas. Para as autoridades competentes em matéria de proteção de dados, as novas regras facilitarão a cooperação e tornarão mais eficiente a aplicação da legislação.



Turismo

Dormidas reservadas através de plataformas em linha: crescimento desigual na UE

Os dados regionais de 2022 sobre as dormidas de hóspedes em alojamentos de aluguer de curta duração reservados através da *Airbnb*, *Booking*, *Expedia Group* ou *TripAdvisor* [mostram](#) que o crescimento global do turismo em plataformas desde os tempos pré-pandémicos está distribuído de forma desigual pela Europa. As zonas rurais de países como a Polónia, a França ou a Suécia apresentaram taxas de crescimento elevadas, enquanto destinos urbanos como Berlim, Praga ou Viena ainda estão aquém dos valores de 2019.

Em 2022, o total de dormidas de hóspedes na UE cresceu cerca de 7%, de 512 milhões em 2019 para 547 milhões em 2022, mas este crescimento total oculta resultados muito divergentes a nível regional. Os dados de 2019 são utilizados como comparação, a fim de estabelecer uma base de referência pré-pandémica. De acordo com os dados, as taxas de crescimento nas regiões da UE (ao nível NUTS2) com uma importância turística, pelo menos, moderada (definidas aqui como regiões com, pelo menos, 1 milhão de dormidas em 2022) variaram entre -52% para Praga e +93% para Franche-Comté. Das dez regiões com as taxas de crescimento mais elevadas, nove eram regiões rurais em França, enquanto outras áreas de elevado crescimento se situavam na Polónia, Alemanha e Suécia. Por outro lado, as regiões com as perdas mais graves em comparação com 2019 incluíram Praga (-52%), Berlim (-39%), Budapeste (-34%) e Viena (-25%).

Olhando para os valores absolutos, das 20 regiões mais populares da Europa, seis situavam-se em Espanha e França, cinco em Itália, duas em Portugal e uma (n.º 1 da lista) na Croácia. Com exceção de regiões urbanas como Paris e Madrid, estas regiões são todas zonas costeiras ao longo do Mediterrâneo ou do Atlântico.

No primeiro trimestre de 2023, as dormidas de hóspedes a nível da UE excederam os níveis mais elevados anteriores (2020 para janeiro e fevereiro; 2022 para março) nos três meses. Até à data, em 2023, 83,9 milhões de dormidas foram passadas em alojamentos de curta duração reservados através de uma das quatro plataformas, em comparação com 67,3 milhões durante o primeiro trimestre de 2022. A maioria das noites foi passada em França (22,0 milhões), Espanha (18,2 milhões) e Itália (9,7 milhões).

Mais no Parlamento Europeu...



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



67509c Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC –

[Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!